

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

AUGUSTO MATEUS ARAÚJO MELO
BEATRIZ BARBOSA DE OLIVEIRA PONCELL

**AS PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE
EDUCAÇÃO SEXUAL**

Maceió
2025

AUGUSTO MATEUS ARAÚJO MELO
BEATRIZ BARBOSA DE OLIVEIRA PONCELL

**AS PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE
EDUCAÇÃO SEXUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Cristina
Massetto.

Maceió

2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Setorial Lúcia Lima do Nascimento - CEDU

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4: 1459

M528p Melo, Augusto Mateus Araújo.
 As perspectivas dos professores da educação infantil sobre educação sexual /
 Augusto Mateus Araújo Melo; Beatriz Barbosa de Oliveira Poncell - 2025.
 26 f.: il.

Orientadora: Débora Cristina Massetto.
Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de
Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 28-29.

1. Educação infantil. 2. Sexualidade. 3. Formação docente. 4. Educação
sexual. I. Título.

CDU: 372.3

AUGUSTO MATEUS ARAÚJO MELO
BEATRIZ BARBOSA DE OLIVEIRA PONCELL

**AS PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE
EDUCAÇÃO SEXUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
à banca examinadora do curso de Pedagogia
da Universidade Federal de Alagoas e
aprovado em 27 de novembro de 2025.

(Orientadora: Profa. Dra. Débora Cristina Massetto - UFAL)

Banca examinadora:

(Examinadora interna: Profa. Dra. Elza Maria da Silva - UFAL)

(Examinadora interna: Profa. Dra. Renata da Costa Maynart - UFAL)

Maceió - AL
2025

Dedicamos este trabalho a aqueles que nos
ajudaram em toda nossa caminhada.

Familiares, professores e ao “quintagê”.

Ao meu amigo Augusto.

À minha amiga Beatriz.

Do primeiro dia de graduação, para a vida.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as perspectivas dos professores da Educação Infantil sobre a abordagem de temas relacionados à educação sexual. Especificamente, objetiva-se refletir sobre as concepções contemporâneas a respeito da sexualidade infantil e suas implicações pedagógicas; identificar os principais desafios enfrentados pelos educadores no desenvolvimento do tema e estratégias didáticas adequadas ao desenvolvimento infantil. O referencial teórico apoia-se em estudos sobre a concepção de educação infantil como fase formativa integral, conforme as diretrizes da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) e dos *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (RCNEI). A compreensão da sexualidade como dimensão humana presente desde a infância, permeada por cultura, afetividade e linguagem. Os desafios relacionados à presença da sexualidade na infância, incluindo a negação ou sexualização do corpo infantil. O papel do professor como mediador de saberes e agente de proteção, formação e orientação na abordagem com a diversidade sexual, identidade de gênero e construção de relações saudáveis. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica acerca da temática em periódicos e revistas eletrônicas, tais como SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, além da análise crítica-reflexiva e das discussões sobre os resultados. Os resultados apontam para a necessidade de formação inicial e continuada dos profissionais da educação em geral, mas especificamente a educação infantil para que consigam estabelecer uma relação segura e desenvolver novas perspectivas acerca da sexualidade nessa faixa etária. Sugere-se a realização de formações continuadas com professores e gestores, integração das famílias em formações e rodas de conversa sobre a temática, e o uso de materiais didáticos que não perpetuem o estigma social a respeito dos assuntos que envolvam sexualidade e sexo.

Palavras-chave: Educação Infantil. Sexualidade. Formação. Educação Sexual.

ABSTRACT

The present study aims to analyze early childhood education teachers' perspectives on addressing topics related to sexuality education. Specifically, it seeks to examine contemporary conceptions of childhood sexuality and their pedagogical implications; identify the main challenges educators face when approaching this subject; and discuss teaching strategies appropriate to child development. The theoretical framework draws on studies that conceptualize early childhood education as a holistic formative stage, in accordance with the guidelines of the *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) and the *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (RCNEI). It also considers the understanding of sexuality as a human dimension present from early childhood and shaped by culture, affectivity, and language; the challenges associated with recognizing sexuality in children, including the denial or premature sexualization of the child's body; and the teacher's role as a mediator of knowledge and an agent of protection, education, and guidance in matters related to sexual diversity, gender identity, and the development of healthy relationships. The methodology consists of a literature review conducted in academic journals and digital databases such as SciELO and CAPES, accompanied by critical-reflective analysis and discussion of the findings. The results highlight the need for both initial and ongoing professional development for educators, particularly those working in early childhood settings, so they can foster safe learning environments and adopt informed perspectives on sexuality at this developmental stage. The study recommends implementing continuous training for teachers and school leaders, promoting family engagement through workshops and discussion circles on the topic, and using instructional materials that do not reinforce social stigma related to sexuality and sex.

Keywords: Childhood Education. Sexuality. Teacher Training. Sexuality Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise	20
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SEXO, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?	10
3 METODOLOGIA	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Na infância, a sexualidade é constituída como um aspecto fundamental do desenvolvimento humano e manifesta-se desde os primeiros anos de vida por meio da exploração corporal, da curiosidade natural e da construção das primeiras noções sobre identidade e relações interpessoais (Ciaffone; Gesser, 2014). Em se tratando de Educação Infantil, essa temática ganha bastante força, pois é nesta fase que as bases para a compreensão saudável do corpo, dos afetos e dos limites são estabelecidas (Brasil, 2018).

A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e aprendizagem, tem o dever de abordar essa temática de forma intencional e pedagógica, superando visões reducionistas que a associam apenas à genitalidade ou a consideram precoce para a primeira infância (Dell’Aglío; Garcia, 1997; Furlani, 2007). Como destacam os *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (Brasil, 1998), o trabalho com essas manifestações deve ocorrer de forma integrada ao processo educativo, promovendo o autoconhecimento e o respeito à diversidade.

Os obstáculos encontrados na abordagem pedagógica em relação à sexualidade infantil são variados e complexos. Estudos com profissionais da Educação Infantil apontam dificuldades, dúvidas, ansiedade e despreparo para lidar pedagogicamente com as manifestações da sexualidade das crianças, evidenciando lacunas na formação inicial e continuada (Dell’Aglío; Garcia, 1997; Ciaffone; Gesser, 2014). Essa realidade se torna ainda mais preocupante quando consideramos que a ausência de orientação adequada pode levar à naturalização de situações de violência e abuso (Faleiros, 2019). Adicionalmente, visões moralistas e preconceituosas ainda podem atravessar práticas escolares e influenciar a forma como a sexualidade infantil é interpretada (Ciaffone; Gesser, 2014; Furlani, 2007), enquanto as crianças estão cada vez mais expostas a informações distorcidas através das mídias digitais, possibilitando o aumento de interações não desejadas para a idade.

Nesse contexto, a presente pesquisa se justifica pela urgência em subsidiar a prática docente com referenciais teóricos atualizados e consolidados para que os professores, educadores e profissionais da educação tenham acesso aos estudos que possam fundamentar o processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. Além disso, faz-se relevante discutir diferentes abordagens pedagógicas adequadas ao desenvolvimento infantil e contribuir para a implementação das diretrizes nacionais que tratam da educação sexual na primeira infância.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as perspectivas dos professores da Educação Infantil sobre a abordagem de temas relacionados à educação sexual. Especificamente, almeja-se refletir sobre as concepções contemporâneas a respeito da sexualidade infantil e suas implicações pedagógicas; identificar os principais desafios

enfrentados pelos educadores no desenvolvimento do tema e estratégias didáticas adequadas ao desenvolvimento infantil. Ao articular teoria e prática, busca-se fomentar uma educação sexual na primeira infância que, longe de ser precocidade ou tabu, configure-se como direito fundamental das crianças e elemento essencial de sua formação integral.

Para tanto, o trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico sobre a educação infantil e a sexualidade, além da visão dos professores sobre o tema. Em seguida, são descritos os aspectos metodológicos da pesquisa, caracterizada como uma investigação bibliográfica e revisão de literatura. Na seção de resultados, discutem-se dados que apontam para uma aparente abertura para o debate, contrastando com a falta de preparo dos profissionais e das instituições. Por fim, nas considerações finais, propõe-se uma reflexão crítica sobre a importância dessa abordagem e os caminhos possíveis para sua efetivação no contexto educacional.

2 SEXO, SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?

Sexo e sexualidade são assuntos presentes em todas as idades, até mesmo naquelas que não reconhecem os termos para associá-los às práticas que os envolvem no seu dia a dia. Um exemplo disso são principalmente as menores de seis anos de idade que, embora possam ter dúvidas e curiosidades sobre o assunto, talvez não possuam abertura para receber as respostas e dialogar a respeito na escola. Parte dessa impossibilidade se dá pela possível aversão que os adultos possuem com a temática por tratarem de individualidades e particularidades relacionadas a religião e cultura, como veremos a seguir.

Quer sejam tomados como identidades culturais (constituidoras dos sujeitos) ou como temáticas (à Educação Sexual), penso que "sexo", "sexualidade" e "gênero" podem ser pensados como monstros curriculares, assim como todo e qualquer assunto marcado pela polêmica, pela provisoriade, pela normatização, pelo olhar moral, pela regulação social (Furlani, 2007, p. 276).

A sexualidade é compreendida, na perspectiva dos estudos contemporâneos, como uma dimensão constitutiva do ser humano, presente desde os primeiros anos de vida e em constante transformação ao longo do desenvolvimento (Foucault, 1993; Corrêa, 2003).

No contexto escolar, sua abordagem assume papel central no processo de formação integral dos sujeitos, contribuindo para a construção da identidade, das relações interpessoais e da compreensão de limites, direitos e responsabilidades. Embora o trabalho com a sexualidade na escola deva estar fundamentado em uma proposta educativa que considere aspectos físicos, emocionais, culturais e sociais do desenvolvimento humano, a realidade revela uma lacuna preocupante: muitos professores sentem-se despreparados para lidar com o tema, especialmente em razão de lacunas na formação inicial e continuada e das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar (Ciaffone; Gesser, 2014).

Enquanto isso, a UNESCO (2010) alerta: sem capacitação adequada, a escola continua reproduzindo visões reducionistas sobre sexualidade, reforçando tabus e preconceitos. Essa dificuldade também aparece em Ciaffone e Gesser (2014), que identificaram educadoras que se sentiam despreparadas para lidar com a sexualidade infantil e apontaram que a formação inicial e continuada nem sempre aborda o tema de forma sistemática.

Para Wallon (1975), a sexualidade na infância não deve ser reduzida a uma visão adultocêntrica ou biologicista, mas sim compreendida como parte integrante do desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da criança. Ele afirma que a sexualidade infantil não é uma cópia em miniatura da sexualidade adulta, mas uma construção progressiva que se articula com as dimensões emocionais e relacionais da criança. Isso significa que a educação sexual na primeira infância deve priorizar a formação de vínculos saudáveis, o reconhecimento do próprio corpo e o respeito às diferenças, em vez de focar em conteúdos precoces ou inadequados à faixa etária.

De acordo com Sartori (2022), a sexualidade é algo desenvolvido pelo ser humano e permeia todas as fases de sua existência, ela é a própria vida. Logo, não se trata de fazer ou ensinar a fazer sexo, mas ensinar a criança a respeito de seu corpo, seus sentimentos, suas relações interpessoais e ajudá-la a responder o questionamento: “Quem sou e o que sou?”

Segundo Rosemberg (2003), pesquisadora em educação infantil e gênero, a sexualidade deve ser trabalhada de forma naturalizada, sem tabus, mas também sem exposição desnecessária. Ela defende que: "o diálogo aberto, as brincadeiras simbólicas e as narrativas infantis são ferramentas fundamentais para abordar questões como autonomia corporal, consentimento e diversidade" (Rosemberg, 2003, p. 89). Wallon (1981) complementa essa ideia ao destacar que a criança se desenvolve por meio da emoção e do movimento, sendo essencial que a educação sexual respeite sua linguagem simbólica e sua curiosidade natural.

Sob a ótica da Pedagogia, a atuação docente frente às manifestações da sexualidade infantil exige reflexão crítica e preparo específico. Não trata-se de antecipar vivências ou impor conceitos, mas de acolher, escutar e orientar conforme as necessidades e curiosidades próprias de cada faixa etária, respeitando a singularidade da criança (Ariès, 1981; Dell’Aglio; Garcia, 1997; Ciaffone; Gesser, 2014). Quando a escola se silencia diante das manifestações da sexualidade infantil, abre espaço para consequências preocupantes. A ausência de diálogo sobre o tema pode deixar crianças expostas a situações de violência, além de perpetuar estereótipos e desigualdades. Não se trata, portanto, de discutir se a escola deve abordar a sexualidade, mas como fazê-lo de maneira ética e adequada a cada fase do desenvolvimento.

O educador assume, nesse contexto, o papel de mediador de saberes, promovendo espaços de diálogo que valorizem o respeito à diversidade e os direitos das crianças. Perguntas sobre corpos, relações ou afetos não devem ser respondidas com evasivas ou moralismos. Para aprofundar a noção de moralismo aqui discutida, Furlani (2007) mostra que sexo, sexualidade e gênero são frequentemente atravessados, no currículo escolar, por polêmicas, processos de

normalização e julgamentos morais. Em diálogo com essa perspectiva, Foucault (1999) compreende a sexualidade como um campo historicamente produzido por discursos e mecanismos de regulação, o que permite analisar criticamente práticas escolares que classificam, silenciam ou corrigem comportamentos considerados desviantes.

Como destacam Dell’Aglia e Garcia (1997), as curiosidades e manifestações infantis relacionadas à sexualidade podem ser acolhidas e trabalhadas pedagogicamente, com informações adequadas ao contexto e à idade das crianças. Essa abordagem, no entanto, exige que o professor esteja preparado não apenas teoricamente, mas emocionalmente, de maneira a conseguir compreender essa temática sem que haja interferência de seus vieses e valores pessoais, mas sim pensando na maneira mais pedagógica possível (Ciaffone; Gesser, 2014).

Para isso, é essencial investir na formação docente, garantindo que os educadores tenham subsídios teóricos e emocionais, com momentos de escuta ativa individual e em grupo com profissionais ligados à área da saúde, sejam eles psicólogos, terapeutas, assistentes sociais ou em momentos de formações pedagógicas para abordar o tema com sensibilidade e rigor. As instituições de ensino não devem negligenciar ou tratar essas questões de forma indiferente, já que isso pode desencadear uma série de situações problemáticas, pois o seu silêncio não protege, mas pode fragilizar. Cabe a ela, como espaço de formação humana, assumir o desafio de educar para a sexualidade com ética, ciência e respeito, conforme aponta Louro (1999, p. 240):

[...] Conformado na estreita divisão entre mente e corpo, o campo educacional frequentemente rejeita, abafa, desqualifica ou ressignifica os temas relativos à sexualidade, à normatização dos corpos, aos afetos envolvidos nas relações pedagógicas.

Desta maneira, Foucault (1999) problematiza a noção de sexualidade como instinto natural ou campo de repressão. Para ele, a sexualidade — inclusive a infantil — tornou-se objeto de intenso investimento discursivo e institucional a partir do século XVIII. Nesse processo, a infância passou a ser vigiada, analisada e regulada por discursos médicos, pedagógicos e psicológicos, que instituíram a ideia de uma sexualidade infantil a ser controlada e corrigida. Foucault destaca, por exemplo, o combate à masturbação nos séculos XVIII e XIX, que mobilizou intervenções médicas e pedagógicas para normatizar os corpos infantis: "as crianças foram cercadas de toda uma série de proibições, controles e vigilâncias; foram objeto de uma atenção médica, psicológica e pedagógica minuciosa" (Foucault, 1999, p. 33).

Essa regulação integra o que Foucault chama de biopoder, um mecanismo de poder que atua não apenas pela repressão, mas pela gestão da vida e dos comportamentos. Na escola, esse poder se manifesta na tentativa de moldar condutas desde a infância, reforçando normas sobre o que é considerado "normal" ou "errado".

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) enfatiza a criança como sujeito de direitos, defendendo uma educação que promova o respeito às diferenças, a autonomia e o

cuidado consigo e com o outro. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) destacam a necessidade de uma prática pedagógica que considere a integralidade da criança, incluindo suas dimensões física, emocional e social (Brasil, 2009).

Embora a BNCC (Brasil, 2018) não trate da educação sexual na Educação Infantil e não haja nenhuma oficialização, ela se faz presente até mesmo quando evitada, simplesmente por ser parte dos seres humanos e está diretamente ligada ao desenvolvimento da criança e do adulto.

A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”. Raramente será possível constatar um significado único para o termo sexualidade, pois seu conceito é representado muito além do nosso corpo. Para uma compreensão mais profunda da sexualidade humana é preciso definir a sua constituição, o seu “ser” (Sartori, 2022, p. 5).

É comum que as crianças levem para a escola curiosidades e representações da sua própria sexualidade através de questionamentos diretos, brincadeiras e atos dos quais desconhecem o significado e que podem ser identificados pelos professores, ou seja, “os professores percebiam manifestações das crianças através de jogos sexuais, brincadeiras de namoro, tentativas de se espiarem no banheiro e de levantarem as saias das meninas, risadas frente a referências à partes do corpo, entre outras” (Dell’Aglío; Garcia, 1997, p. 98-99).

Embora não possuam a compreensão de tais atos, as crianças sabem que tais atos correspondem a interações diferentes do que estão habituadas com seus próprios corpos e com o dos colegas. O professor, ao presenciar tais comportamentos possui o papel de esclarecer a dúvida motivadora daquela situação, sendo nesse momento em que podem surgir sentimentos como medo e insegurança, ao se confrontarem com suas crenças e concepções sobre o assunto.

Inicialmente as professoras não sabiam como lidar com estas situações, que lhes traziam ansiedade, dúvidas e até mesmo constrangimento. Os próprios pais procuravam a creche, através das professoras e psicólogas, buscando orientação sobre como proceder com seus filhos e como falar sobre sexo com eles (Dell’Aglío; Garcia, 1997, p. 99).

A família é parte importante de todo o desenvolvimento da criança, sendo também um alvo das interações a respeito da sexualidade de seus filhos, desde o momento em que é identificado o sexo do bebê ainda na barriga de sua mãe, aquela definição irá interferir na sua criação e compreensão de mundo, corpo e individualidade.

Entre os primeiros questionamentos que podem surgir estão: de onde veio? Como nasceu? De onde vêm os bebês? Por que o pai é diferente da mãe e por que ele ou ela, como criança, é diferente de seus pais?

Os questionamentos são iniciados através do convívio em família que, para Freud (1976), em texto originalmente publicado em 1905, é no período de três a cinco anos em que a criança inicia sua curiosidade nos órgãos genitais e surgem os complexos de Édipo e Electra,

modificando sua relação com seus pais e a maneira com a qual se relacionam socialmente, por influência da sua energia sexual, que estrutura as dimensões do feminino e do masculino.

Os interesses e crenças familiares podem influenciar a maneira como a criança aprenderá sobre sua sexualidade e gênero, podendo até mesmo não permitir a realização dessa abordagem. O trabalho de educação sexual realizado em sala de aula deve manter a metodologia adequada e profissional para a educação infantil, ou seja, ser lúdico e na linguagem de compreensão das crianças, evitando influências externas, críticas e julgamentos, abordando diferentes nuances relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade. Nesse sentido, a perspectiva de Wallon (1981) compreende o desenvolvimento infantil de forma integrada, articulando afetividade, movimento, cognição e relações sociais, aspecto que reforça a importância de práticas educativas que considerem a criança em sua totalidade.

Os assuntos que envolvem essa temática permitem que ela seja trabalhada de maneira criativa, “foram então desenvolvidos jogos pedagógicos especialmente para trabalhar a questão da gravidez, do nascimento do bebê, crescimento e diferenças entre meninos e meninas” (Dell’Aglío; Garcia, 1997, p. 99).

Além de abordar as questões mais direcionadas as curiosidades infantis, é necessário tratar dos limites que englobam diversas situações como, por exemplo, questões do tipo: Até onde e como um adulto ou outra criança pode tocar seu corpo, como uma maneira de prevenção e denúncia para abusos sexuais?; Com quem se pode falar sobre assuntos que envolvam sexualidade, pela segurança das crianças?; O que só adultos podem fazer e quais brincadeiras não devem ser feitas?; Por que de se vestir e o que não deve ser mostrado? Além de dúvidas ligadas ao cuidado pessoal com o corpo e a saúde.

A educação sexual pode ser um conteúdo e, ao mesmo tempo, a área mais complicada de ser trabalhada na Educação Infantil quando não se tem preparação, planejamento, cooperação e conhecimento, e como qualquer outro trabalho realizado na escola, necessita da participação de todo o corpo escolar para obtenção de um melhor resultado e a sua continuidade, tanto nos anos que compõem a Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

[...] constituindo-se também num projeto pedagógico. Este projeto, no entanto, tem tido um caráter permanente, na medida em que o processo de educação sexual ocorre durante toda a vida, e as crianças não têm um tempo específico para tratar do assunto. Então, mesmo nas turmas onde o projeto já tenha sido desenvolvido, as questões relativas à educação sexual podem ser retomadas sempre que necessário, ou seja, sempre que for percebido, por parte das professoras, comportamentos ou verbalizações das crianças indicando a necessidade de conversar sobre o assunto (Dell’Aglío; Garcia, 1997, p. 102).

Assim, discutir a sexualidade infantil na escola não é apenas uma demanda pedagógica, mas uma questão de direitos humanos. Compreende-se que uma educação sexual planejada e contextualizada contribui para ambientes escolares mais saudáveis, inclusivos e protetores, onde as crianças possam desenvolver-se com autonomia e segurança.

Quando se trata da Educação Infantil, a BNCC considera essa fase como o fundamento da educação e possui a concepção de que o vínculo entre educar e cuidar norteia o trabalho realizado nesse processo educativo, e reconhece a criança desde sua mais jovem idade como um indivíduo presente, em processo de aprendizagem e em desenvolvimento (Brasil, 2018).

Dentre os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil que norteiam suas competências, encontram-se: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e, por fim, conhecer-se, onde é aberto o espaço para temáticas com contextos mais pessoais e individuais.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p. 38).

O professor precisa conhecer as competências indicadas para a formação da criança e estar atento em seu desenvolvimento, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (Brasil, 2018, p. 39) e ao compreender a criança como ser “impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola” (Brasil, 2018, p. 38).

Ao analisar os Campos de Experiências (Brasil, 2018), pode-se encontrar o intitulado Corpo, gestos e movimentos, que se limita ao básico indicado em seu título, tratando apenas de aprendizagens relacionadas à psicomotricidade, desenvolvimento de coordenação motora, execução de atividades físicas, reconhecimento de sensações e expressões, por meio da arte e brincadeiras. Não se faz menção do conhecimento da criança perante o seu corpo como indivíduo, suas características e particularidades de maneira a diferenciar o sexo feminino do sexo masculino, seu corpo como ser vivo com necessidades. Apenas na etapa final do Ensino Fundamental podemos encontrar a menção de assuntos relacionados de maneira mais direta com o corpo, sexualidade e saúde.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo (Brasil, 2018, p. 327).

Embora, de fato, não haja o reconhecimento da importância da abordagem de tais temáticas na Educação Infantil, causando o atraso de um processo natural de descobrimento da criança, a BNCC dá uma brecha para que os professores, voluntariamente interpretem, podendo introduzir seus alunos aos conhecimentos a respeito de sexualidade, através dos

Direitos de Aprendizados dispostos e algumas competências que abordam saúde pessoal, independência e cuidado com o corpo, reconhecimento de diferenças, entre outras.

A criança passa por diversas descobertas em relação ao seu corpo, suas partes íntimas, a diferenciação dos sexos e identificação de seus instintos e necessidades, estando presente a sexualidade desde o seu nascimento, modificando e se construindo através da interação com outras crianças e adultos. Para Silva (2007), é através do contato corporal e social, que a criança descobre o mundo e a si própria, com a sua sexualidade em prática. Ao compreender a necessidade do trabalho relacionado à educação sexual da Educação Infantil e sua presença involuntária, a não intencionalidade na maioria das práticas, torna-se intrigante a ausência dessa temática na BNCC voltada para essa etapa inicial de ensino.

Diante dessa análise, é fundamental que a escola reconheça seu papel na produção e regulação dos discursos sobre a sexualidade infantil. Em vez de reproduzir normas repressivas, ela deve se tornar um espaço de diálogo, acolhimento e educação crítica, alinhada aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é constituída por uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa que, segundo Neves (1996), trata-se de uma junção de procedimentos racionais que consideram contextos e particularidades para entender, analisar e abordar a situação ou temática estudada e tem como objetivo compreender criticamente como a sexualidade é tratada no contexto da educação infantil. Como a pesquisa apresenta caráter sensível, cultural e subjetivo, foram adotados métodos que possibilitem a interpretação dos significados atribuídos pelos discursos educacionais e científicos às práticas relacionadas à sexualidade na educação infantil.

A pesquisa bibliográfica torna-se fundamental neste estudo, pois oferece a possibilidade de analisar o que já foi produzido sobre a temática e de contextualizar o problema a partir de diferentes vertentes e perspectivas teóricas. Como compreende-se por Pizzani et al. (2012, p. 54), “essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet, entre outras fontes”.

Segundo Gil (2002, p. 44), esse tipo de pesquisa “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”. Por meio dela, reunimos uma variedade de conceitos, posicionamentos pedagógicos e dados sobre a formação docente, o que contribuiu diretamente para a construção de uma fundamentação teórica sólida.

A pesquisa também se dá no campo da pesquisa qualitativa, pois busca compreender os sentidos, significados e construções sociais que envolvem a sexualidade na educação infantil. A abordagem qualitativa permite “trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2001, p. 21), aspectos centrais para o estudo das relações entre professores, crianças e as temáticas de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Por ser um tema de compreensão complexa e afetado por diversos fatores que levantam inúmeras questões, foi definido o objetivo explicativo, “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (Gil, 2002, p. 41).

Neste trabalho, realizou-se uma busca de periódicos do período de 2000 a 2025 encontrados na plataforma Scielo e Periódicos CAPES. Foram utilizadas as palavras-chave: Educação infantil e sexualidade na busca.

Na plataforma Scielo, a partir das palavras-chave, foram encontrados 10 (dez) trabalhos sobre a temática. O passo seguinte foi a leitura dos títulos e resumos e, considerando o principal critério de exclusão (todos os trabalhos que não são vinculados à Educação Infantil), foram selecionados 3 (três) trabalhos que serão discutidos nos resultados. O mesmo procedimento foi feito na plataforma Periódicos Capes, onde foram encontrados alguns trabalhos acerca da temática, porém, utilizando os critérios de exclusão e inclusão, os quais deveriam abordar apenas trabalhos que tratassem da visão e práticas docente sobre sexualidade na Educação Infantil, esses trabalhos não se encaixavam na pesquisa, portanto, não serão abordados nesse artigo.

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), uma técnica amplamente empregada em pesquisas qualitativas. A análise de conteúdo “consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos” (Bardin, 2011, p. 47).

Para tanto, essa análise foi realizada em três etapas, a saber: uma pré-análise que consistiu na leitura exploratória dos textos, organização e delimitação dos temas relevantes e definição dos critérios de seleção. Por conseguinte, realizou-se a exploração do material, com a identificação de categorias temáticas como infância e corporeidade, formação docente para questões de gênero e sexualidade, abordagens pedagógicas, invisibilização e preconceitos. Por fim, a interpretação crítica à luz do referencial teórico, articulando os dados com os marcos legais da educação e com as práticas pedagógicas relatadas na literatura pesquisada.

Com essa metodologia, acreditamos atingir os objetivos propostos pela pesquisa. A seguir, estruturamos uma tabela esquematizada com os artigos selecionados para análise.

Quadro 1 – Artigos selecionados para análise

Plataforma	Título	Ano	Autor(a/s/es)	Resumo	Onde encontrar
SciELO	Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil	2019	Carlos José de Moura Ciribelli; Emerson Fernando Rasera	Esse trabalho teve o objetivo de compreender como ocorrem as construções de sentido sobre a diversidade sexual no contexto da educação infantil.	Psicologia: Ciência e Profissão, 2019, 39, e175599, 1-15. https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599
SciELO	Integração Saúde e Educação: Contribuições da Psicologia para a Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil	2014	Adriane Costa Rocha Ciaffone; Marivete Gesser	O presente trabalho relata uma experiência de formação de educadores sobre o tema sexualidade infantil, destinada a profissionais que atuam em uma creche de um município do sul do Brasil.	Psicologia: Ciência e Profissão, 2014, 34(3), 774-787. https://doi.org/10.1590/1982-3703000392013
SciELO	Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual	2007	Jimena Furlani	Apresento um exercício de análise cultural, a partir da frase "Que bicho é esse?" - do livro paradigmático infantil (Lopes, 2000) para se referir a "sexo" e "sexualidade".	Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez. 2007. https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionadas fontes acadêmicas e institucionais que abordam os seguintes eixos temáticos. A concepção de educação infantil como fase formativa integral, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI). A compreensão da sexualidade não apenas como questão biológica ou reprodutiva, mas como dimensão humana presente desde a infância, permeada por cultura, afetividade e linguagem. Os desafios relacionados à presença da sexualidade na infância, incluindo a negação ou sexualização do corpo infantil. O papel do professor como mediador de saberes e agente de proteção, formação e orientação na abordagem com a diversidade sexual, identidade de gênero e construção de relações saudáveis. Também possibilita destacar a urgência de uma formação docente que supere o tabu, o silenciamento e o despreparo, promovendo o respeito à diversidade, à infância e aos direitos humanos.

Os resultados encontrados a partir da análise do primeiro artigo trazem à tona a maneira como os processos de normatização e reprodução de comportamentos socialmente instituídos como padrões atuam na formação das subjetividades infantis. Como pode ser constatado no diário de campo de um diálogo entre o pesquisador e algumas das crianças entrevistadas:

[...] quando os meninos descobriram que eu tinha um piercing na orelha, a primeira pergunta que veio foi “por que você usa brinco, tio?”; e em seguida “você é gay, tio?”, “gay que usa brinco né, tio?”. Toda a questão ficou relacionada à ligação feita entre ser gay e usar brinco. Em determinado momento, pergunto para eles “o que gay faz?” e alguns me responderam que gay “beija na boca de outro homem” (Ciribelli; Rasera, 2019, p. 6).

Observa-se que aquilo que se desvia desses padrões tende a ser compreendido como estranho, provocando, por vezes, reações de rejeição e aversão. Esse movimento reflete diretamente nas falas e nas práticas das crianças, revelando como o discurso social hegemônico atravessa suas experiências e relações cotidianas. Conforme aponta Foucault (1999), as normas sociais produzem efeitos de poder que disciplinam os corpos e os modos de existência, naturalizando práticas que, em sua essência, são históricas e construídas socialmente.

Nesse âmbito, a instituição escolar, enquanto agente educacional e formador, ocupa posição central no enfrentamento dessa perspectiva. Para Louro (1997), é no espaço escolar que se produzem e reproduzem discursos sobre gênero e sexualidade, o que torna essa instituição um locus privilegiado de tensionamento e transformação de práticas excludentes. De acordo com os autores a escola pode, por um lado, corroborar com a manutenção de uma visão heteronormativa, reforçando estereótipos e silenciando as diferenças; ou, por outro, assumir o compromisso ético e pedagógico de ampliar o repertório cultural e social acerca da diversidade sexual.

Na instituição pesquisada, os espaços apenas contribuíam para o reforço dessa perspectiva padronizada e afastavam os indivíduos de protagonizarem momentos de apropriação da diversidade, entendimento do diferente e de um repertório cultural amplo, como citado em momentos pelos autores.

[...]Nesse sentido, por exemplo, ao serem inquiridas na roda de conversa sobre se a escola produz homens e mulheres ao pintar um dos banheiros do pátio de rosa e outro de azul, uma das educadoras responde: “Aquilo lá é só estética” (Ciribelli; Raserá, 2019, p. 9).

Aqui, podemos destacar nitidamente um reforço para a perpetuação dos estigmas e estereótipos da cultura heteronormativa e fazendo com que as crianças sejam impulsionadas a realizarem a escolha de ir ao banheiro rosa ou azul de acordo com seu sexo biológico, trazendo à tona todas as suas experiências no mundo fora dos limites da escola, como exemplificado pelos autores num diálogo com uma das educadoras da instituição:

E esses dias aqui, eu passei por esse momento... O banheiro da sala estava ocupado, aí a criança queria usar o banheiro no lá de fora. Eu falei, “Pode ir”. Ele falou, “Tia, eu não vou! Porque o azul está ocupado”. “Vai no outro” [ela disse], “Não vou no rosa, o rosa é de menina e o azul é de menino” [ele disse]. Então, assim, vem de casa, entendeu? Essas coisas vêm de casa, não adianta a gente... Tentar trabalhar, tentar fazer alguma coisa... A gente passa aqui na escola, chega em casa, o pai ou a mãe passa totalmente diferente, entendeu? (Ciribelli; Raserá, 2019, p. 10).

Em outro momento da roda de conversa com as professoras, uma delas compartilha um episódio vivenciou, retratando como o adulto compreendeu a situação influenciada por vivências adultas e experiências sociais pessoais, desconsiderando o fato da criança não

possuir o mesmo repertório, deixando nítida a falta de preparo psicológico e pedagógico para lidar com a situação:

A menina estava brincando de boneca com a colega... De repente, chamou ela em um canto [...] Eu achei, até então, tinha achado normal, elas estavam sentadinhas brincando... De repente, uma outra veio e falou, “Tia, olha lá o que a fulana está fazendo com a outra”. Elas estavam uma em cima da outra [...]. Menina e a menina. Uma em cima da outra, e a que estava em cima estava chupando os peitos da outra. [...] Aí, eu perguntei, assim, assustada, “O que que você está fazendo?” (Ciribelli; Rasera, 2019, p. 8).

Para além disso, outra situação evidencia a mesma problemática de sexualização infantil imposta pelos adultos, descrevendo o ocorrido de forma a colocar a criança como consciente de suas ações para provocar de maneira sexual outras crianças. Como descrito pelos autores no momento da roda de conversa:

[...]Da sensualidade dela. Igual, esses últimos tempos, agora, ela já estava, assim, tirando a roupa e se insinuando para os meninos, que tem... Os meninos da nossa turma... Eles têm de... Eles têm quatro anos, mas parece que eles já tem é 15. E aí ficava... E ela tem o corpo bem bonito mesmo... Ela é uma morena, ela é bonita. E ela parece que já sabe disso, que ela tem bundinha, barriguinha sarada. Então, ela ia... Toda hora, ela queria trocar de roupa. Aí, ela vai tira a roupa, toda assim, tipo fazendo um strip-tease... E os... Vitor, Michel e o Luiz... Mais era o Vitor e o Michel... Ficava doidinho, assim, babando. Aí, foi uma situação que, assim, é uma menina que... Igual eu falei... Aonde ela passar... (Ciribelli; Rasera, 2019, p. 8).

Para superar essas adversidades encontradas, iniciativas como formações continuadas para professores, reuniões com famílias e o uso de materiais pedagógicos não estruturados, que não reproduzam padrões estigmatizantes como a questão dos banheiros azul e rosa, configuram-se como estratégias significativas para o avanço de uma prática educativa pautada na diversidade. No texto analisado, os autores não citam sobre as provocações da instituição em relação à essas questões, apesar de compartilhar diálogos de uma roda de conversa sobre o tema, acreditamos que apenas essa proposta não consiga suprir as necessidades apontadas.

Em síntese, ao se posicionar nesse horizonte, a instituição contribui para a construção de identidades mais plurais, justas e respeitosas, superando a lógica da normatização e sexualização na infância, abrindo espaço para que as diferenças e individualidades sejam vivenciadas como parte constitutiva da experiência humana e do desenvolvimento infantil. Tal caminho pressupõe a construção de propostas significativas que envolvam a comunidade escolar como um todo, incluindo pais, educadores e crianças, a fim de fomentar uma educação mais inclusiva e crítica.

Já o segundo artigo trata de um assunto sensível e importante: a sexualidade infantil e o desafio que os educadores enfrentam ao lidar com suas expressões no contexto da creche. O principal objetivo do artigo é trazer alguns relatos de formações para os educadores nesse contexto.

A finalidade da formação é equipar os educadores para que vejam a sexualidade como

uma parte essencial do desenvolvimento infantil, superando preconceitos e narrativas moralistas que predominam no ambiente escolar. A abordagem utilizada fundamenta-se na Educação Popular e na prática dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, conferindo ao processo de formação um caráter dialógico, participativo e horizontal. Sete reuniões com educadores foram conduzidas, empregando técnicas como dramatizações, colagens e discussões, com ênfase nos desafios concretos que eles enfrentam no dia a dia da creche, o que valida a abordagem prática e contextualizada.

Os resultados mostram uma alteração importante na visão dos educadores, que começaram a considerar a sexualidade infantil como algo natural e parte do desenvolvimento, deixando de lado preconceitos e “patologizações”. Além disso, foi reconhecido o papel da creche tanto na educação sexual das crianças quanto no apoio e orientação dos pais, evidenciando a expansão do impacto social do trabalho. Um aspecto positivo do artigo é a conexão entre teoria e prática, além de reconhecer a formação continuada como um espaço para a transformação dos valores e práticas dos educadores, assim como colocado pelas autoras:

O trabalho foi desenhado a partir de temas geradores, conforme estes iam surgindo ao longo dos encontros, de acordo com os pressupostos da Educação Popular. Esses temas, obrigatoriamente, deviam ser eleitos pelo grupo e, por este, considerados relevantes. Os temas geradores foram compreendidos pelos coordenadores como demonstrativos do conhecimento prévio e dos significados atribuídos pelos participantes às questões levantadas, o que possibilitou um melhor contato com a realidade dos educadores e favoreceu o diálogo (Ciaffone; Gesser, 2014, p. 779).

Escolher a metodologia dialógica e política fortalece a reconsideração dos conceitos e a construção coletiva do saber, o que é essencial para assuntos tão polêmicos, conforme as autoras:

A utilização dos Círculos de Cultura propiciou a problematização dos diversos aspectos relatados a partir do repertório de conhecimentos prévios dos educadores em articulação com o conhecimento científico atualizado e pesquisado para atender aos objetivos definidos no decorrer do trabalho. [...] a escuta e consideração dos conhecimentos prévios, resultantes da pura experiência, foram necessárias para a superação do senso comum e estímulo da capacidade criadora dos educadores. (Ciaffone; Gesser, 2014, p. 783).

Em contrapartida, o artigo admite algumas limitações, como a dificuldade em analisar os efeitos da formação a longo prazo e a falta de acompanhamento na realização dos projetos desenvolvidos. Isso indica uma oportunidade para pesquisas futuras que examinem o efeito prático da formação no contexto escolar. De acordo com as autoras:

Entende-se que os efeitos desse trabalho sejam de difícil mensuração e que um acompanhamento da implementação dos projetos construídos pelos educadores seria necessário, o que não foi possível. Verificou-se, entretanto, que ocorreu uma desestabilização dos conceitos relativos à sexualidade infantil, o que pode abrir

espaço para a apropriação de novos olhares que vão contribuir de diferentes formas para a construção de novas práticas relacionadas ao tema (Ciaffone; Gesser, 2014, p. 784).

De acordo com Furlani (2007), a escola apresenta um papel importante e estratégico por constituir um local com potencial para questionamentos e construção de identidade cultural. Possuindo não apenas importância como espaço para aprendizado, mas como instrumento para o desenvolvimento infantil. Podendo, ali, transformar concepções vindas das famílias, professores e gerar um repertório diversificado e crítico para as crianças.

Como foi observado anteriormente nesta pesquisa e reforçado por Furlani (2007) quando diz que "No Brasil, no âmbito do currículo escolar oficial, a Educação Sexual não é uma disciplina obrigatória, mas sim uma temática a ser transversalizada nos diversos conteúdos" (Furlani, 2007, p. 272), é de fato que há a possibilidade e abertura para o trabalho das temáticas de sexo e sexualidade, sendo escassas as formações apropriadas para preparar os docentes frente a realização desta tarefa, recursos e materiais. Logo em seguida, a autora defende o uso de livros paradidáticos como ferramenta essencial, e segue sua pesquisa para utilizá-los ao introduzir a educação sexual na escola:

[...] o livro paradidático, por exemplo (...) constitui-se num recurso metodológico constante e imprescindível no dia-a-dia da sala de aula. Entretanto, esses livros não são somente integrantes curriculares... Eles são também artefatos culturais (Furlani, 2007, p. 272).

A literatura infantil é uma facilitadora de cultura, transmitindo ideais, identidades, diversidades e representações através do texto, seja ele escrito ou ilustrado. Essas representações têm efeitos de verdade e contribuem para produzir sujeitos (Furlani, 2007). O espaço escolar e os materiais utilizados pelos docentes executam um papel de importância para a formação da identidade e cultura através das representações que trazem.

Contudo, a representação fica sujeita a preceitos pessoais e vivências particulares de docentes e gestores escolares, correndo o risco de transmitir normativas excludentes, preconceituosas e perpetuar o medo perante o sexo e a sexualidade, como observado pela pesquisadora:

[...] algumas pessoas ou instituições assumem o papel de paladinos da justiça moral, como se estivessem fazendo um "favor social", "limpando" as ruas através de atos de violência verbal e/ou física dos monstros, dos maus elementos, dos depravados, daqueles que depõem contra a família e os bons costumes. Nesse caso, a representação monstruosa naturaliza a violência e a subjugação de um tipo de sujeito representado como diferente, como monstruoso, por outro tipo (o "normal") que é "autorizado" socialmente a cometer os atos de discriminação e preconceito (Furlani, 2007, p. 278).

Portanto, o estudo mostra que existem muitos materiais de formação, literatura e referenciais teóricos disponíveis para apoiar o trabalho docente nessa área. Estudos

acadêmicos, documentos oficiais e pesquisas especializadas fornecem um suporte sólido para que os profissionais entendam a sexualidade como uma construção social, relacional e cultural, em vez de uma prática limitada ao aspecto biológico ou adultocêntrico. Contudo, apesar desse repertório estar ao alcance, nota-se que a formação inicial e continuada ainda não aborda o assunto de forma suficientemente crítica e aprofundada. Embora este cenário seja favorável, o estudo indica que o trabalho com sexualidade na Educação Infantil ainda lida com obstáculos de natureza ética, moral e cultural. Muitas dessas dificuldades estão ligadas a uma construção social afetada pelo patriarcado, machismo e pela aceitação de papéis de gênero exclusivamente determinados. Essas heranças históricas afetam tanto as visões dos profissionais quanto os anseios das famílias, que, em certos casos, vinculam de forma equivocada a discussão da sexualidade a conteúdos impróprios para a idade.

Dessa forma, quando propomos compreender a visão dos educadores acerca da educação sexual e sexualidade na Educação Infantil e quais as razões se devem a pouca prática sobre o tema, entendemos que um avanço significativo das discussões sobre sexualidade na Educação Infantil só se dará por meio do investimento em formações continuadas que possibilitem a reflexão crítica e a desconstrução de estigmas e preconceitos. Ademais, as instituições educacionais devem adotar uma abordagem proativa na criação de espaços de diálogo, na criação de políticas transparentes e no suporte a práticas que reconheçam a sexualidade como um aspecto natural do desenvolvimento infantil. Apenas por meio de uma ação colaborativa que inclua a gestão, professores e comunidade conseguimos superar os obstáculos históricos e culturais, garantindo que o tema seja tratado de forma ética, fundamentada e alinhada aos direitos das crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidenciado, nos relatos dos autores e professores, que os adultos desconsideram, na maioria dos casos, que as crianças estão apenas reproduzindo atos e comportamentos sexuais, que observam serem feitos por outros adultos, ou os realizam de forma aleatória e experimental sem qualquer associação prévia, mesmo sem saber seus propósitos e significados. Esse não reconhecimento dos adultos pela origem ou razão de tais atos por parte das crianças, possui mais destaque nos relatos que se tratam de situações que assustaram ou chocaram o sujeito, deixando-o “sem ação” no momento da vivência. Enquanto nas situações que se tratavam de falas vindas das crianças, também reproduzidas a partir de influência adulta, os sujeitos prontamente identificam essa influência. Destacando, portanto, a forte predominância emocional quando se trata de interpretar, solucionar ou concluir tais vivências, e o despreparo psicológico dos relatores.

As crenças sociais e pessoais dos professores passaram a liderar a condução das situações vividas, na ausência de preparo teórico e formativo, os docentes se encontram em disputas ideológicas entre si e as famílias das crianças para poder agir. Além da falta de abertura para destacar essa temática nas escolas e, conseqüentemente, desenvolvê-la.

Devida a compreensão da sexualização infantil no ambiente escolar e o despreparo, faz-se necessária a implementação de rodas de conversa para conscientização / aprendizado das famílias e corpo docente, reconhecendo a importância de falar sobre tal. A disponibilização de apoio psicológico profissional para os docentes e a presença de psicopedagogos e psicólogos na escola auxiliam na quebra dos estigmas e da vinculação da criança ao ato sexual em si, na ótica dos adultos, fazendo com que os professores também possam compreender os assuntos que permeiam sexo e sexualidade da forma que se encontra nas infâncias, sem a adultificação das crianças. Além disso, pode fornecer embasamento para que os professores possam identificar condutas inadequadas, abusos e possuam o auxílio para que entenda seu próprio emocional para lidar com as situações que ocorram.

Em síntese, a pesquisa apresenta uma contribuição relevante para o campo da educação infantil e educação sexual ao propor uma reflexão acerca da temática que permeia e até ultrapassa o conhecimento técnico para promover a transformação ética e política dos educadores, o que pode repercutir em práticas educativas mais inclusivas e respeitadas no contexto da educação infantil, além de proporcionar mais pesquisas acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 3 v.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.

CIAFFONE, A. C.; GESSER, M. Integração saúde e educação: contribuições da psicologia para a formação de educadores de uma creche em sexualidade infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 774-787, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000392013>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000392013>. Acesso em: 30 set. 2025.

CIRIBELLI, C. J. de M.; RASERA, E. F. Construções de sentido sobre a diversidade sexual: outro olhar para a educação infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e175599, p. 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003175599>. Acesso em: 30 set. 2025.

CORREIA, C. I. M. **Análise da participação de uma escola pública na educação sexual de seus alunos**. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

DELL'AGLIO, D. D.; GARCIA, A. C. L. Uma experiência de educação sexual na pré-escola. **Paidéia** (Ribeirão Preto), n. 12-13, p. 97-110, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1997000100008>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/6028>. Acesso em: 28 set. 2025.

FALEIROS, V. P. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: o que fazer?** São Paulo: Paulus, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 7. Trabalho original publicado em 1905.

FURLANI, J. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da educação sexual. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011>. Acesso em: 30 set. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 30 set. 2025.

ROSEMBERG, F. **Educação infantil, gênero e raça em uma perspectiva internacional**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2003.

SARTORI, T. L. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, e022001, 2022. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v23i00.15558>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558>. Acesso em: 28 set. 2025.

SILVA, M. C. P. da (org.). **Sexualidade começa na infância**: para pais, educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

UNESCO. **Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. Paris: UNESCO, 2010.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1981.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.